

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DE REGISTO EFETUADO PELA  
DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL**

**DECLARAÇÃO**

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, a Direção-Geral da Segurança Social procede à promoção da publicação do registo definitivo de alteração dos estatutos, composto por 19 folhas, por mim rubricadas, referente à entidade com a denominação **LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL**, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 108 – 1.º – Porto, e com o **NIPC 501 136 576**, e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 5, à inscrição n.º 4/99, a fls. 148 verso do Livro n.º 1, a fls. 87 verso do Livro n.º 2 e a fls. 1 verso do Livro n.º 3 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efetuado em 16/01/2017.

**Direção-Geral da Segurança Social, em**

07 JAN. 2019

**Pelo Diretor-Geral**



Ana Maria Luís Salgado  
(Diretora de Serviços)

MF

**DIREÇÃO-GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL**

Largo do Rato, 1 1269-144 LISBOA Tel. 215 952 990 VoIP 32190 Fax 215 952 992 dgss@seg-social.pt

<http://www4.seg-social.pt/dgss-direccao-geral-da-seguranca-social>

**LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL**

**ESTATUTOS**

**Capítulo I (Denominação, natureza, fins e outros elementos caracterizadores)**

**Artigo 1.º (Denominação, natureza jurídica e sede)**

1. A Liga Portuguesa de Profilaxia Social é uma Associação, criada em 1924, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, sendo ainda portadora dos estatutos de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública e de Instituição Particular de Solidariedade Social.
2. A Liga Portuguesa de Profilaxia Social, adiante designada por LPPS, Liga ou Associação tem a sua sede na Rua Santa Catarina, 108 – 1.º, 4000 - 442 Porto.

**Artigo 2.º (Âmbito, características e duração)**

1. A Liga Portuguesa de Profilaxia Social tem âmbito internacional, podendo constituir delegações onde julgar conveniente para a prossecução dos seus objetivos.
2. A Associação tem carácter multidisciplinar e é, por natureza e tradição, apartidária e não confessional, desenvolvendo as suas atividades, independentemente de qualquer religião, partido político e ideologia e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma previstas nestes estatutos e na lei.

**Artigo 3.º (Princípios fundamentais)**

1. A LPPS desenvolve as suas atividades, tendo como ideais a dignificação do ser humano nas suas vertentes sociais, cívicas, culturais, económicas e quaisquer outras formas de humanismo, que emanam dos seus estatutos originais, anexos aos presentes estatutos, de que fazem parte integrante como fonte inspiradora e normativa, constituindo a sua matriz identitária.
2. Os presentes estatutos devem, sempre, ser interpretados e integrados de harmonia com o espírito dos estatutos originais anexos.

**Artigo 4.º (Fins e atividades principais, secundárias e instrumentais)**

1. A LPPS tem por fins praticar a profilaxia, contribuindo para o desenvolvimento social da Saúde, Ambiente e Cultura, Cidadania, Educação, Formação e outras áreas que afetem a sociedade, privilegiando a prevenção.
2. Com estrita observância dos seus fins não lucrativos e sem prejuízo do seu escopo principal – a profilaxia social – a LPPS pode desenvolver outras atividades, individualmente ou em associação, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-Geral, nomeadamente:
  - a) Prestação de cuidados de saúde, atividades desportivas, culturais, educacionais, cívicas e recreativas, conducentes a uma melhor preparação ética, moral, intelectual e física dos seus associados e outros;
  - b) Atividades complementares ou subsidiárias dos seus fins principais, de carácter social de apoio e proteção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma atuação humanista.
  - c) Promoção e realização de ações de formação, congressos, seminários e outros eventos.
3. Pode ainda desenvolver outras atividades, a título gratuito ou remunerado, nomeadamente a prestação de serviços, comerciais ou industriais, individualmente, ou através de parceria, associação ou por qualquer outra forma legalmente prevista, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-Geral e os proveitos dessas atividades revertam para os seus fins estatutários.

- Amli
4. Os serviços prestados pela Associação poderão ser gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.
  5. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.
- M. Fre  
D  
M. Fre

#### Artigo 5.º (Símbolos, insígnias e lema)

1. A Liga Portuguesa de Profilaxia Social adota a sigla LPPS e o lema **"Desde 1924 em prol do Bem Comum"**.
2. Poderá ser criado um Estandarte como símbolo representativo da Associação.
3. A Assembleia-Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins e ou objetivos da Associação.
4. As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos Associados presentes.

#### Artigo 6.º (Atribuições)

Para a realização dos seus objetivos principais em termos de profilaxia social, que podem ser prosseguidos com atividades complementares ou subsidiárias, a LPPS propõe-se a criar, gerir, manter, participar e desenvolver, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades:

- a) Ações e unidades de saúde e/ou de apoio médico;
- b) Mecanismos de defesa ambiental e do consumidor;
- c) Ações de sensibilização e informação à população em geral e a grupo específicos;
- d) Ações de formação e/ou dinamização de pequenos grupos;
- e) Atividades de integração social e/ou profissional;
- f) Estudos e investigações de interesse comunitário, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras ações tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a Associação bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos seus colaboradores;
- g) Atividades de índole desportiva, cultural, social e lúdica;
- h) Ações tendentes à promoção da igualdade de oportunidades entre Homens e Mulheres;
- i) Mecanismos de potenciação interassociativa, fomentando o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas;
- j) Cooperação com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, estabelecendo relações e acordos com outras entidades e assegurar o seu fiel cumprimento;
- k) Apoio à criança, família e idoso e demais segmentos sociais com necessidades especiais;
- l) O relacionamento institucional com Associações congéneres, a nível local, regional e nacional, bem como o relacionamento institucional com as organizações de natureza supra-associativa, designadamente, uniões, federações, etc.
- m) O relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais em especial com os de tutela das suas áreas de intervenção;
- n) Pronúncia sobre projetos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos setores associativo e das suas áreas de intervenção, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes;
- o) Promoção do alargamento de ações, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas atividades específicas;
- p) Promoção da organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da Associação;
- q) Desenvolvimento, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras atividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras

mulh  
pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-Geral;

- r) Disponibilização aos associados de informações atempadas e corretas, relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição;
  - s) Promoção e divulgação da LPPS junto dos meios de comunicação social;
  - t) Cumprimento e diligenciar o cumprimento da lei e dos regulamentos em vigor, no âmbito das suas competências.
- 3  
Raf

### **Artigo 7.º (Organização e funcionamento internos)**

A organização e funcionamento dos diversos setores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direção.

## **Capítulo II - Sócios**

### **Artigo 8.º (Qualidade de associado)**

1. Podem ser associados pessoas singulares maiores de dezoito anos e todas as pessoas coletivas legalmente constituídas, que se revejam nos fins da LPPS.
2. Podem ainda ser admitidos como associados os menores de 18 anos ou incapazes, ficando a admissão, no entanto, condicionada à autorização por quem legalmente exercer o poder de tutela que, como seus representantes, são responsáveis pelo pagamento da quota e cumprimento destes estatutos.

### **Artigo 9.º (Categorias)**

Haverá duas categorias de associados:

1. São associados efetivos as pessoas, singulares ou coletivas, que contribuam para a prossecução dos fins da Associação mediante o pagamento de uma quota segundo valores, periodicidade e lugar fixados pelos regulamentos aprovados em Assembleia-Geral.
2. São associados honorários as pessoas que, através de serviços ou ações de mecenato, deem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da instituição, como tal reconhecida e aprovada pela Assembleia Geral.

### **Artigo 10.º (Inscrição e admissão)**

1. A qualidade de associado efetivo adquire-se mediante preenchimento e assinatura da ficha de inscrição, em suporte de papel ou por meios eletrónicos, em modelo aprovado pela Direção, assinado pelo candidato ou tratando-se de pessoa coletiva, menor ou incapaz por quem o representar.
2. A admissão ou rejeição de associados efetivos é tomada por deliberação da Direção, que deliberará obrigatoriamente sobre a admissão dos novos associados na primeira reunião que tenha lugar depois de decorridas 72 horas sobre a apresentação da candidatura correspondente, procedendo à inscrição no respetivo registo, o qual tem o dever de manter atualizado.
3. A rejeição só poderá ser tomada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da LPPS, devendo ser devidamente fundamentada, registada e comunicada por escrito ao interessado até 30 dias após a receção da inscrição.
4. O candidato a associado rejeitado poderá recorrer para o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral no prazo de 10 dias após a receção da comunicação, cabendo àquele decidir quanto à oportunidade da apreciação do recurso em Assembleia-Geral.
5. A admissão envolve plena adesão aos estatutos e regulamentos em vigor.
6. A qualidade de associado não é transmissível, seja por ato entre vivos, seja por sucessão.
7. Os associados serão identificados através de um cartão da LPPS, onde conste o nome, número de sócio, categoria, assinatura do Presidente da Direção da LPPS e autenticação.
8. Cada associado pagará uma quota anual, segundo valor e modalidade a definir em Assembleia-Geral.



9. O ato de inscrição implica o pagamento de uma jóia, destinada a cobrir os custos administrativos com a admissão e cujo valor não pode ser inferior à quota anual.
10. Excetuado o ano de admissão, o vencimento das quotas ocorre sempre no dia 01 de janeiro de cada ano, devendo as mesmas ser pagas durante o ano, tendo em conta as restrições inerentes aos atos eleitorais.
11. Nos atos eleitorais só podem votar os sócios que tenham as quotas pagas até três meses antes daqueles atos.

### Artigo 11.º (Direitos dos sócios)

1. São direitos dos associados efetivos:
  - a) Usufruir de todos os benefícios que a Associação lhes possa proporcionar;
  - b) Participar nas reuniões da Assembleia-Geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação;
  - c) Votar em atos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos;
  - d) Participar em todas as atividades da LPPS, desde que devidamente enquadrados pela Direção e de acordo com os regulamentos internos;
  - e) Elegerem e serem eleitos para os cargos sociais, nos termos definidos nestes estatutos;
  - f) Recorrer para a Assembleia-Geral de todas as irregularidades e infrações aos estatutos e regulamentos internos;
  - g) Requerer a convocação de Assembleias-Gerais extraordinárias nos termos estatutários;
  - h) Entrar livremente na sede ou em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direção;
  - i) Utilizar os serviços que a Associação venha a prestar ou disponibilizar direta ou indiretamente nas condições definidas pelos regulamentos internos;
  - j) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de dez dias.
  - k) Apresentar sugestões de interesse coletivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação;
  - l) Reclamar perante a Direção de atos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus interesses de associado;
  - m) Requerer, por escrito, certidão de qualquer ata mediante pagamento dos respetivos custos;
  - n) Desistir da qualidade de associado.
  - o) Propor à Assembleia-Geral a nomeação de associados honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social.
2. Para exercer os direitos referidos no número anterior, os associados efetivos não podem ter o pagamento das quotas em atraso, por um período superior a três meses.
3. Não obstante a condição honorífica, são reconhecidos aos associados honorários os mesmos direitos que aos associados efetivos, com exceção do direito de voto em Assembleias e de elegerem e serem eleitos para os cargos sociais, nessa qualidade, nos termos definidos nestes estatutos.

### Artigo 12.º (Deveres dos Sócios)

1. São deveres dos associados efetivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral:
  - a) Honrar, respeitar e promover o bom nome da LPPS; e contribuir quanto possível para o seu prestígio;
  - b) Garantir a lealdade e o respeito para com os órgãos instituídos e para com todos os sócios da LPPS;
  - c) Promover, pelos meios ao seu alcance, os fins da Liga;
  - d) Pagar pontualmente as suas quotas;
  - e) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares e as deliberações dos corpos gerentes;

- Amli  
J  
Mare!  
5  
Mare!
- f) Acatar as deliberações dos órgãos sociais legitimamente tomadas;
  - g) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e por esta considerado justificado;
  - h) Não cessar a atividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral;
  - i) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento;
  - j) Comparecer às Assembleias-Gerais cuja convocação tenham requerido;
  - k) Comunicar por escrito à Direção o local de pagamento das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência;
  - l) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, as suas insígnias, órgãos sociais, respetivos titulares, colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de associado, se relacione.
2. Não obstante a condição honorífica, são aplicáveis aos associados honorários os mesmos deveres dos associados efetivos, exceto no que se refere ao pagamento de quotas.

### Artigo 13.º (Sanções disciplinares)

- 1. Os associados que violarem os deveres estabelecidos no artigo anterior ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão verbal;
  - b) Repreensão por escrito;
  - c) Suspensão de direitos até trezentos e sessenta e cinco dias;
  - d) Demissão, com justificação escrita sujeita à Assembleia.
- 2. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direção.
- 3. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.
- 4. São demitidos os associados que, por atos dolosos, prejudiquem social ou materialmente a Associação.
- 5. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção e com base em fundamentação escrita.
- 6. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 só se efetivarão mediante audiência obrigatória do associado.
- 7. Não são elegíveis para os corpos gerentes os associados que tenham sido removidos dos cargos diretivos da Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

### Artigo 14.º (Perda de qualidade de associado)

- 1. Perdem a qualidade de associado:
  - a) Os que pedirem a sua exoneração;
  - b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante doze meses;
  - c) Os que forem demitidos.
- 2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se que perde a qualidade de associado aquele que, tendo sido notificado pela Direção para efetuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.
- 3. O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.
- 4. O sócio que por qualquer forma perder essa qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a atuação em que foi membro da Associação.

### **Artigo 15.º (Suspensão da qualidade de associado)**

1. Os associados efetivos podem, por razões ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar à Direção a suspensão da sua qualidade de associado, por um período máximo de um ano.
2. Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

### **Artigo 16.º (Readmissão de associados)**

1. Podem ser readmitidos os associados que tiverem sido:
  - a) Exonerados a seu pedido;
  - b) Eliminados por falta de pagamento das quotas;
2. A readmissão só se efetivará a pedido do interessado.
3. Quando o motivo da expulsão tenha sido a falta de pagamento de quotas é condição, para a readmissão, o pagamento das quotizações correspondentes ao período compreendido entre a decisão de expulsão e a readmissão, podendo a Direção permitir que, neste caso, os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, até ao máximo de doze.

## **Capítulo III – Órgãos Sociais**

### **Secção 1 - Disposições gerais**

#### **Artigo 17.º (Órgãos Sociais)**

São Órgãos da LPPS a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

#### **Artigo 18.º (Condições de exercício dos cargos)**

O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

#### **Artigo 19.º (Inelegibilidade, incapacidades e impedimentos)**

1. Só podem ser eleitos para os cargos sociais os associados que sejam pessoas singulares, maiores de dezoito anos e que tenham direito a votar nas reuniões das Assembleias Gerais.
2. Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos órgãos sociais os associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam.
3. Os titulares dos órgãos sociais não podem votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins.
4. É vedado à Associação contratar direta ou indiretamente com os titulares dos órgãos sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenha interesses, salvo se do contrato resultar benefício manifesto para a Instituição.

#### **Artigo 20.º (Duração do mandato e posse dos Órgãos Sociais)**

1. A duração do mandato dos Órgãos Sociais é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de dezembro do último ano de cada quadriénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar até ao 30.º dia posterior ao da eleição.



Amali  
Mae  
7  
Maf

3. Caso o presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira posse até ao 30.º dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
4. Quando a eleição seja extraordinária, efetuada fora do mês de dezembro, a posse deverá ter lugar no prazo de trinta dias após a eleição e, nesses casos, o mandato prolonga-se até ao termo do terceiro ano civil seguinte àquele em que tiver ocorrido a eleição.
5. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

#### **Artigo 21.º (Vacatura)**

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias a seguir à eleição.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

#### **Artigo 22.º (Limitações ao exercício de cargos)**

1. Os membros dos corpos gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para três mandatos para qualquer órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.
2. Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo na mesma Associação.
3. O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal.
4. Os membros dos corpos gerentes não poderão votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.
5. Os membros dos corpos gerentes não podem contratar direta ou indiretamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.
6. Os membros dos corpos gerentes não serão nunca remunerados, a não ser pelo desempenho de determinadas tarefas que lhes sejam especialmente cometidas e que pela sua complexidade e pela dedicação que exigem o justifiquem.
7. Para efeitos dos números 4 e 5 anteriores, é à Assembleia Geral que compete definir se de determinado contrato resulta, ou não, manifesto benefício para a Associação e, de igual modo, se determinada tarefa específica que seja cometida a um dos membros dos demais corpos gerentes deve, ou não, ser remunerada e em que termos.

#### **Artigo 23.º (Reuniões, deliberações e atas)**

1. As reuniões dos corpos gerentes são convocadas pelos respetivos Presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes às eleições dos corpos gerentes, ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.
4. São sempre lavradas atas das reuniões de qualquer órgão social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia-Geral, pelos membros da respetiva Mesa.



Amli  
Mgê  
8  
Mof

**Artigo 24.º (Responsabilidade dos titulares dos órgãos sociais)**

1. Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
  - a) não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
  - b) tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.
3. A aprovação dada pela Assembleia-Geral ao relatório e contas de gerência da Direção e ao parecer do Conselho Fiscal iliba os membros destes órgãos sociais da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má-fé ou falsas indicações.

**Artigo 25.º (Reuniões inter-Órgãos)**

1. A título consultivo e sempre que seja solicitado por qualquer dos respetivos Presidentes, pode haver reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais.
2. As reuniões podem ser restritas envolvendo apenas aos Presidentes ou alargadas a todos os membros dos Órgãos.
3. A convocatória será feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

**Artigo 26.º (Entrega de valores e documentos)**

É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, chaves, senhas, inventários e arquivos da Associação aos órgãos eleitos para novo mandato e até ao ato da posse destes.

**Artigo 27.º (Representação)**

1. A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe ao Presidente da Direção ou a quem este designar, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspeção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da Associação, o Presidente da Direção.

**Artigo 28.º (Renúncia ao mandato)**

1. Os membros dos órgãos sociais da Associação podem renunciar ao mandato devendo para o efeito comunicá-lo de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respetivo órgão.

**Artigo 29.º (Causas para a perda de mandato)**

São causas para a perda de mandato dos elementos dos órgãos sociais:

- a) A perda da qualidade de associado;
- b) A destituição do cargo pela Assembleia-Geral;
- c) A condenação como crime grave;
- d) A não comparência injustificada às reuniões do respetivo órgão social a que pertença, por três vezes consecutivas ou seis alternadas.

### **Artigo 30.º (Substituição dos membros dos órgãos sociais)**

1. No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-Presidente.
2. No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos órgãos sociais, incluindo o do Vice-Presidente que assuma a presidência, competirá ao respetivo órgão social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago.
3. No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para esse órgão.
4. Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato.

### **Secção 2 - Da Assembleia Geral**

#### **Artigo 31.º (Estatuto e Composição)**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados efetivos admitidos há pelo menos doze meses que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação.
2. Podem assistir às reuniões da Assembleia Geral e nelas intervir todos os associados, ainda que sem direito a voto.
3. Os associados que sejam trabalhadores ou beneficiários da Liga não podem votar nas deliberações respeitantes a retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer outros benefícios que lhes respeitem.
4. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa que se compõe de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.
5. Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
6. Na falta ou impedimento do Secretário, o Presidente da Mesa designará de entre os associados presentes quem deve secretariar a reunião.

#### **Artigo 32.º (Representação)**

1. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, sendo que cada associado, não poderá representar mais de um associado.
2. A representação pode ser efetuada:
  - a) com a assinatura reconhecida nos termos da lei;
  - b) com fotocópias do bilhete de identidade ou cartão do cidadão e do cartão de sócio da LPPS.
3. É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos.

#### **Artigo 33.º (Competências da Mesa da Assembleia Geral)**

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e, designadamente, decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral conferir posse aos membros dos corpos gerentes.
3. Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente.

### Artigo 34.º (Competências da Assembleia Geral)

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de atuação e atividades da LPPS, designadamente apreciando e deliberando sobre as propostas e relatórios que lhe sejam apresentados pelos demais órgãos da Associação, pelos associados, de acordo com os Estatutos e regulamentos aprovados em Assembleia Geral;
- b) Acompanhar a atuação dos demais órgãos sociais e zelar pelo cumprimento da Lei bem como dos Estatutos e Regulamentos da LPPS.
- c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos;
- d) Apreciar e votar os Regulamento bem como as alterações que lhe sejam propostas;
- e) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva Mesa, da Direção e do Conselho Fiscal, sendo certo, no que toca à destituição, que será obrigatória proposta fundamentada e audição prévia do visado;
- f) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- g) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico, após parecer do Conselho Fiscal;
- h) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens, após parecer do Conselho Fiscal;
- i) Autorizar a LPPS a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
- j) Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos, propostas e recursos;
- k) Fixar, sob proposta da Direção, os valores mínimos da quota dos associados, bem como a periodicidade e forma de pagamento;
- l) Deliberar, sob proposta da Direção, a nomeação de associados beneméritos e honorários;
- m) Atribuir louvores e condecorações nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia-Geral;
- n) Autorizar o Presidente da Direção da Associação a demandar judicialmente os membros dos órgãos sociais, por atos lesivos praticados no exercício das suas funções;
- o) Autorizar a Direção a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os atos de administração ordinária, após parecer do Conselho Fiscal;
- p) Autorizar a Direção a arrendar ou alienar imóveis da Associação bem como participações ou outras que a Associação detenha, após parecer do Conselho Fiscal;
- q) Definir se da proposta de contratos referida no nº. 5, do art.º 22.º resulta, ou não, manifesto benefício para a Associação e, bem assim, se determinada tarefa específica que seja cometida a um dos membros dos demais corpos gerentes deve, ou não, ser remunerada e em que termos, após parecer do Conselho Fiscal;
- r) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a cisão, fusão e extinção da Associação bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens.

### Artigo 35.º (Reuniões)

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
  - a) No final de cada mandato até ao final de dezembro, em Assembleia Eleitoral, para a eleição dos órgãos associativos.
  - b) Até trinta e um de março de cada ano para discussão e votação do relatório e contas do exercício do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estar patentes para consulta dos associados nos quinze dias anteriores à realização da Assembleia Geral.
  - c) Até trinta de novembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento e plano de atividades para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal.
3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento dos associados com direito a voto.



4. Por requerimento de qualquer associado, caso a Direção não convoque a Assembleia-Geral nos casos em que deva fazê-lo.

### **Artigo 36.º (Convocatória)**

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior.
2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada associado ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da Sede da Associação e deverá ser afixado na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
3. A Assembleia Geral poderá ainda ser convocada por meios eletrónicos desde que estejam reunidas condições logísticas e tecnológicas e/ou mediante autorização do(s) associado(s).
4. A convocatória da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

### **Artigo 37.º (Funcionamento)**

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois com qualquer número de presentes.
2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes ou representados três quartos dos requerentes.
3. As denominadas Assembleias Gerais Eleitorais durarão pelo menos três horas, posto o que a convocatória, indicará também a hora do respetivo encerramento e, no seu decurso, proceder-se-á à receção dos votos dos associados que se apresentarem, ou fizerem representar para esse fim e, também, dos votos por correspondência que cheguem até à hora do seu encerramento, votos que – nos termos estabelecidos na convocatória – terão que apresentar-se por forma a assegurarem o seu carácter secreto.
4. De todas as reuniões da Assembleia-Geral serão lavradas atas, em livro próprio onde constarão o número de associados presentes e as discussões e deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa.

### **Artigo 38.º (Votações)**

1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.
2. As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas h), i) e r) do Artigo 35.º carecem do voto favorável de pelo menos três quartos dos votos expressos.
3. No caso da alínea r) do artigo 35.º a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ao dobro dos membros dos corpos gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.
4. No caso de ocorrer a dissolução prevista na alínea r) do artigo 35.º, a extinção só produzirá efeitos 30 dias após a sua aprovação.

### **Artigo 39.º (Anulabilidade de deliberações)**

1. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o adiamento.
2. São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objetivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da Assembleia.
3. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito da ação civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação

do balanço, relatório e contas de exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

4. Do mesmo modo, a deliberação da Assembleia Geral sobre a destituição dos respetivos cargos dos membros da Direção e/ou do Conselho Fiscal por causa relacionada com o balanço, relatório e contas de exercício, pode ser tomada na sessão convocada para a respetiva apreciação, mesmo que a proposta não conste da ordem de trabalhos, sendo certo que, nesses casos, o direito de audiência prévia do visado ou visados caducará se não for exercido na própria sessão, mesmo que o respetivo titular não se encontre presente.

#### **Artigo 40.º (Privação do direito de voto)**

O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.

### **Secção 3 - Da Direção**

#### **Artigo 41.º (Composição)**

1. A Direção é constituída por três a cinco membros um dos quais assumirá a Presidência havendo ainda um Vice-Presidente, um Tesoureiro e, eventualmente, um Secretário e um Vogal.
2. Simultaneamente, haverá igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem que constarem da respetiva lista.

#### **Artigo 42.º (Competências da Direção)**

Compete à Direção gerir a LPPS e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a prossecução do fim social e efetivação dos direitos dos beneficiários e associados;
- b) Deliberar sobre a admissão de novos associados, mantendo atualizado o registo e a listagem de associados no pleno gozo dos seus direitos de forma a ser apresentada aos Órgãos Sociais;
- c) Elaborar anualmente e submeter à Assembleia-Geral para aprovação, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o relatório e contas de gerência relativo ao exercício findo, mesmo quando entretanto tenha ocorrido a cessação de funções, acompanhados do parecer prévio do órgão de fiscalização;
- d) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- e) Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da LPPS, fixando os respetivos horários de trabalho e vencimentos;
- f) Representar a LPPS em Juízo ou fora dele, delegando esta representação num dos seus membros e/ou em advogado/solicitador, sempre que necessário ou conveniente;
- g) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação;
- h) Propor à Assembleia-Geral a nomeação de associados honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social;
- i) Propor à Assembleia-Geral a reforma ou alteração dos estatutos;
- j) Estabelecer os protocolos de colaboração com outras Entidades, sejam, ou não, associadas;
- k) Criar e controlar os diversos projetos e/ou programas necessários ao bom funcionamento das suas atividades, bem como nomear e supervisionar as pessoas que responsabilizem pela orientação dos mesmos;
- l) Nomear e enquadrar os seus Vogais e Suplentes, bem como nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objetivos estatutários;

- m) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da LPPS, elaborando os respectivos regulamentos;
- n) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições;
- o) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da LPPS;
- p) Elaborar e manter atualizado o inventário do património da Associação;
- q) Elaborar os regulamentos internos necessários ao bom funcionamento da LPPS, que sujeitará à aprovação da Assembleia Geral;
- r) Celebrar acordos com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras.
- s) Ordenar a instauração de processos disciplinares aos associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência;
- t) Submeter à apreciação e votação da Assembleia-Geral os assuntos que, pela sua importância, exijam deliberação daquele órgão;
- u) Propor à Assembleia-Geral a alteração do valor de quota mínima;
- v) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei, após parecer do Conselho Fiscal;
- w) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respetivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado, após parecer do Conselho Fiscal;
- x) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses da Associação;
- y) Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras atividades, com ou sem fins lucrativos, previstas nos Regulamentos ou autorizadas pela Assembleia-Geral;
- z) Propor à Assembleia-Geral o arrendamento ou alienação de imóveis da Associação, após parecer do Conselho Fiscal.
3. A Direção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia-Geral, bem como revogar os respetivos mandatos.

#### **Artigo 43.º (Competências do Presidente)**

Compete ao Presidente da Direção:

- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões de Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção;
- d) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte;
- e) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- f) Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia-Geral e do Conselho Fiscal;
- g) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das atas da Direção;
- h) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direção, desde que sejam legalmente delegáveis.

#### **Artigo 44.º (Competências do Vice-Presidente)**

Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direção e com o Presidente no exercício das respetivas competências, designadamente:



- Amli  
B  
Miro  
14  
Wof
- a) Na elaboração de resumo das atividades o qual constituirá elemento para o relatório da Direção a apresentar em Assembleia-Geral;
  - b) Na elaboração das propostas dos orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direção;
  - c) Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respetivas dotações;
  - d) No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e atualizados;
  - e) No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores;
  - f) No zelo pela conservação do património da Associação que lhe está afeto;
  - g) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direção, desde que sejam legalmente delegáveis.

#### **Artigo 45.º (Competências do Tesoureiro)**

Compete ao Tesoureiro:

- a) Arrecadar as receitas e guardar os valores da Associação;
- b) A satisfação das despesas autorizadas;
- c) Assinar todos os documentos em que, legal e estatutariamente, a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direção;
- d) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e de despesas;
- e) Emitir e assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o Presidente, arquivando todos os documentos de despesa e receita;
- f) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras;
- g) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receita e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o cofre pelo menos uma vez por mês;
- h) Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas sempre que a Direção o entenda;
- i) Efetuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas a Associação, possa solver os seus compromissos;
- j) Atualizar o inventário do património associativo;
- k) Superintender nos serviços de contabilidade, tesouraria e património;
- l) Em geral prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria;
- m) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direção, desde que sejam legalmente delegáveis.

#### **Artigo 46.º (Competências do Secretário)**

1. Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as atas das reuniões da Direção e superintender nos serviços de expediente;
  - b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção organizando os processos dos assuntos a serem tratados, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua;
  - c) Lavrar as atas no respetivo livro mantendo-o sempre em dia;
  - d) Prover todo o expediente da Associação;
  - e) Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das atas pedidas pelos associados;
  - f) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direção, desde que sejam legalmente delegáveis.
2. Em caso de inexistência de Secretário na composição da Direção, as competências serão afetas, total ou parcialmente, pelos outros membros da Direção.

### **Artigo 47.º (Competências dos Vogais e Suplentes da Direção)**

1. Aos Vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco diretivo e desempenhar as missões que lhes forem atribuídas.
2. Os Suplentes podem participar nas reuniões de Direção, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direção no exercício das funções de gestão da Associação.

### **Artigo 48.º (Funcionamento)**

1. A Direção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal ou da Assembleia-Geral, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.
2. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate.
3. Das reuniões da Direção serão lavradas atas em livro próprio, que deverão ser assinadas pelos presentes.

### **Artigo 49.º (Forma de obrigar)**

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer dois membros da Direção, uma das quais será a do Presidente;
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas de dois membros da Direção, preferencialmente a do Presidente e a do Tesoureiro.
3. Em caso de falta ou impedimento do Tesoureiro as assinaturas serão as dos dois outros membros, caso em que lhe será dado conhecimento posterior.
4. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

## **Secção 4 - Do Conselho Fiscal**

### **Artigo 50.º (Composição)**

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois Vogais.
2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
3. No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro Vogal e este por um suplente, seguindo-se a ordem constante da respetiva lista.

### **Artigo 51.º (Competências do Conselho Fiscal)**

1. Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da LPPS.
2. Compete ao Conselho Fiscal zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:
  - a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da LPPS, sempre que o julgue conveniente;
  - b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;
  - c) Dar parecer sobre o relatório, contas, plano de atividades e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação;
  - d) Acompanhar a Direção global da LPPS, incluindo questões sobre funcionamento interno, transparência e responsabilização, reunindo trimestralmente com a Direção, após o fecho de contas do respetivo trimestre;
  - e) Emitir pareceres, no âmbito das suas competências, sempre que solicitado pela Mesa da Assembleia Geral, Direção ou um sócio da LPPS;
  - f) Emitir pareceres sobre a conformidade legal ou estatutária e, bem assim, sobre a sustentabilidade financeira, sobre atividades ou projetos que a LPPS desenvolva;
  - g) Solicitar a convocação da Assembleia-Geral sempre que o julgar conveniente;
  - h) Solicitar à Direção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquela;

- i) Emitir parecer aos outros órgãos sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;
- j) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.

#### **Artigo 52.º (Funcionamento)**

1. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do Presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.
2. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate.
3. Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de atas, as quais serão assinadas pelos presentes.

#### **Artigo 53.º (Vinculação com atos da Direção)**

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direção, pelos atos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia-Geral.

### **Capítulo IV – Administração Patrimonial e Financeira**

#### **Artigo 54.º (Receitas)**

São receitas da LPPS:

- a) O produto das quotas dos Associados;
- b) As participações dos associados e utentes pela utilização de serviços prestados;
- c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela LPPS;
- d) Os rendimentos de bens próprios;
- e) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
- f) Os subsídios, participações e financiamentos do Estado, de Organismos Oficiais ou de Entidades Privadas;
- g) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras participações devidos à LPPS;
- h) Os donativos e produtos de festas, subscrições, espetáculos ou outras realizações;
- i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à associação;
- j) Quaisquer verbas que lhe sejam atribuídas por lei ou por protocolos;
- k) Outras receitas.

#### **Artigo 55.º (Das despesas)**

Constituem despesas da Associação as resultantes de:

- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respetivos serviços;
- b) Atividades de intervenção da LPPS;
- c) Encargos com o pessoal da LPPS;
- d) Encargos legais;
- e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da LPPS e das atividades por ela desenvolvidas, direta ou indiretamente;
- f) Manutenção e conservação do património histórico e social da LPPS.



### **Artigo 56.º (Dos meios financeiros)**

Os meios financeiros na disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em contas da Associação abertas em instituições de crédito.

## **Capítulo V – Eleições**

### **Artigo 57.º (Aplicação e conceitos)**

O presente capítulo regula as eleições de todos os Órgãos Sociais da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, compreendendo a expressão "eleições" todo o processo desde a convocatória para ato eleitoral até à tomada de posse dos órgãos eleitos, inclusive.

### **Artigo 58.º (Assembleia Geral Eleitoral - Constituição)**

A Assembleia Geral Eleitoral é constituída por todos os associados efetivos admitidos há pelo menos doze meses que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos, considerando-se "quotas em dia" as que estiverem pagas até ao fim do terceiro mês imediatamente anterior à realização do ato.

### **Artigo 59.º (Reuniões)**

A Assembleia Geral reunirá ordinariamente no final de cada mandato, durante o mês de dezembro, em Assembleia Eleitoral, para a eleição dos corpos gerentes.

### **Artigo 60.º (Elegibilidade)**

1. Só podem ser eleitos para os cargos sociais os associados efetivos que sejam pessoas singulares, maiores de dezoito anos e que tenham direito a votar nas reuniões das Assembleias Gerais.
2. Não tenham sido destituídos dos órgãos sociais da Associação por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.
3. Não tenham qualquer impedimento ou motivo de inelegibilidade nos termos da lei.

### **Artigo 61.º (Convocatória - Prazos e formalidades)**

1. A Assembleia Geral Eleitoral deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior.
2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada associado ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da Sede da Associação e deverá ser afixado na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos, podendo igualmente prever-se a inclusão de convocatória eletrónica mediante aceitação na data de inscrição do associado ou mediante a sua autorização em qualquer outro momento.
3. A Assembleia Geral Eleitoral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois com qualquer número de presentes.
4. A Assembleia Geral Eleitoral durará pelo menos três horas, posto o que a convocatória, indicará também a hora do respetivo encerramento; no seu decurso proceder-se-á à receção dos votos dos associados que se apresentarem, ou fizerem representar para esse fim e, também, dos votos por correspondência que cheguem até à hora do seu encerramento, votos que – nos termos estabelecidos na convocatória – terão que se apresentar por forma a assegurarem o seu carácter secreto.
5. A convocatória para a Assembleia Geral eleitoral deverá ser feita por escrito, e assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, devendo conter a indicação de abertura das candidaturas, da data limite para a sua apresentação e meios pelos quais podem ser feitas.

### **Artigo 62.º (Votações)**

1. É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos.
2. As votações poderão ser efetuadas por meios eletrónicos desde que estejam asseguradas as condições logísticas e tecnológicas.
3. Os associados podem fazer-se representar por outros associados nas reuniões da Assembleia Geral, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, mas, cada associado, não poderá representar mais de um associado.

### **Artigo 63.º (Protestos, reclamações e recursos)**

Compete à Mesa da Assembleia Geral decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos.

### **Artigo 64.º (Regulamento Eleitoral)**

O processo eleitoral é regulado por um Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.

## **Capítulo VI - Disposições finais e diversas**

### **Artigo 65.º (Extinção)**

1. No caso de extinção da LPPS, por qualquer motivo, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
2. A Assembleia-Geral só pode deliberar sobre a extinção da Associação através de convocatória expressamente efetuada para esse efeito e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios efetivos existentes à data da assembleia.
3. A convocatória da Assembleia-Geral deverá ser feita nos termos previstos nos estatutos e na lei e deve ser afixada na sede e em quaisquer outras instalações da Associação com a antecedência mínima de oito dias em relação à data marcada para a sua realização.
4. A extinção por declaração de insolvência dá-se em consequência da própria declaração.
5. Extinta a Associação é eleita uma Comissão Liquidatária pela Assembleia-Geral ou pela entidade que decretou a extinção.
6. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimação dos negócios pendentes, sendo que, pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham, a Associação responde solidariamente os titulares dos órgãos sociais que os praticarem.
7. Pelas obrigações que os titulares dos órgãos sociais contraírem, a Associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa-fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade.

### **Artigo 66.º (Destino dos bens)**

Os bens da Associação extinta reverterem para outras Associações com finalidades idênticas por proposta da Comissão Liquidatária e deliberação da Assembleia-Geral.

### **Artigo 67.º (Dúvidas e casos omissos)**

As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes estatutos serão resolvidos em reunião conjunta dos órgãos sociais, solicitada pela Direção ou pelo Conselho Fiscal ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efetivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.

### Artigo 68.º (Reforma ou alteração dos estatutos)

1. Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em reunião da Assembleia-Geral convocada extraordinariamente para esse efeito, sob proposta da Direção ou a requerimento fundamentado de 10% dos associados com direito a voto, como prevê o art. 36º, nº 3.
2. Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da associação, com a antecedência mínima de oito dias em relação à data marcada para a reunião da Assembleia-Geral.

### Artigo 69.º (Norma transitória)

1. Os presentes estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia-Geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei.
2. Nas matérias relativas aos órgãos sociais, designadamente quanto à sua composição, as alterações constantes dos presentes estatutos só entrarão em vigor no final do mandato em curso à data da sua publicação.

---

31-10-2015

MARCO JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

João Carlos Loureiro da Silva

Anna Maria de Sousa Lima